GT: Marxismo, Classes e Educação.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: DA REALIDADE OBJETIVA A UM CAMINHO POSSÍVEL PARA EMANCIPAÇÃO

Edí Carlos Rebouças de Oliveira[1]
Maria José Nunes Nepomuceno[2]

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de discutir a Pedagogia Histórico-Crítica – PHC como um caminho possível a formação emancipadora, enquanto alternativa teórico-prática contra-hegemônica, no contexto da crise estrutural do capital e seu impacto no espaço escolar e no trabalho docente. A metodologia utilizada foi o materialismo histórico-dialético sustentado pela técnica de pesquisa bibliográfica analisando autores e autoras como: Marx (2013), Mészáros (2011), Saviani (2008 e 2014), Silva e Brito (2022) e Gualberto e Pacífico (2021). A PHC é uma teoria que apresenta relevantes aspectos e abre inúmeras possibilidades para o fazer docente humano em uma perspectiva pedagógica humanizadora e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Crise Estrutural do Capital. Emancipação. Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a Pedagogia Histórico-Crítica – PHC como um caminho possível a formação emancipadora, enquanto alternativa teórico-prática contra-hegemônica, no contexto da crise estrutural do capital e seu impacto no espaço escolar e no trabalho docente.

A metodologia utilizada neste trabalho foi o método materialismo histórico-dialético, sustentado pela técnica de pesquisa bibliográfica analisando autores e autoras como: Marx (2013), Mészáros (2011), Saviani (2008 e 2014), Silva e Brito (2022) e Gualberto e Pacífico (2021).

Na Pedagogia Histórico-Crítica, o trabalhador(a) docente tem função primordial no processo de ensino – aprendizagem, tendo em vista que por meio de seu trabalho este mesmo processo pode ser transformador do indivíduo e este da realidade objetiva, a qual na atualidade encontra-se sob a égide do sistema do capital envolto em profunda crise estrutural desde a década de 1970.

[1] Universidade Federal do Ceará – UFC, edi.oliveira@ufc.br.

[2] Universidade Estadual do Ceará – UECE, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, maze.nepomuceno@aluno.uece.br.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O sistema do capital, muito embora tenha passado por inúmeras metamorfoses no intuito de adiar sua derrocada, mantém desde sua origem características, que poderíamos assim dizer, pétreas, tais como a propriedade privada dos meios de produção, a acumulação de capital, a divisão social do trabalho, a exploração do trabalhador e trabalhadora, dentre outras.

De tempos em tempos o atual sistema mundo experiencia momentos turbulentos, crises cíclicas fruto das contradições insuperáveis inerentes ao próprio sistema (superprodução e subconsumo, desvalorização do capital, concentração de capital financeiro etc.), daí nos referirmos a adiamento de sua derrocada e não de sua superação. Desde a década de 1970, Segundo Mészáros (2011) o capitalismo vivencia uma crise sem precedentes tendo em vista que diferentemente de suas antecessoras, esta tem como características marcantes e definitivas ser: a) Universal; b) Globalizada, tal como a economia atualmente; c) Incessante, dilatada no espaço-tempo, permanente; d) Rastejante.

As soluções elencadas pelo sistema na tentativa de gerir tal crise passaram pela reestruturação produtiva com a mudança do sistema de produção fordista-taylorista para o Toyotismo; pela financeirização da economia transferindo capital para o setor financeiro como forma de acumular riqueza; e pela consolidação do neoliberalismo como mecanismo de gestão deslocando os sintomas da crise para a periferia do capitalismo e as camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora.

Neste sentido, os impactos da Crise Estrutural do Capital, mas principalmente das estraté-gias elegidas pela elite burguesa capitalista, adentram o espaço escolar por meio da reestruturação da educação para atender as exigências do mercado de trabalho (formação de mão de obra), da subordinação de políticas públicas na área da educação aos interesses do capital e na precarização das relações de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras da educação (docentes, mas também, auxiliares de serviços gerais, motoristas, em suma pessoas que trabalham na organização administrativa).

No tocante à precarização das relações de trabalho destaca-se a sobrecarga de trabalho que extrapola a carga horária semanal do trabalhador(a) da educação e que acaba por realizar parte deste em seu "tempo livre" e a implantação e execução de políticas públicas[3] que ditam a rotina pedagógica do fazer docente, limitam sua autonomia crítico-intelecto-pedagógica, constrangendo sua liber-

[3] Citamos a título de exemplo: o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, política pública concebida e implantada no Estado do Ceará em 2007 por meio da Lei nº 14.026/2007 com o fito de para garantir a alfabetização de todos os alunos da rede pública até os sete anos; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAC, programa do governo federal brasileiro, inspirado no PAIC que visa garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Ele foi instituído em 2012, por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho; as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SPAECE, em nível nacional e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE em nível Estadual, no Ceará especificamente, que reorienta a rotina escolar na preparação dos estudantes para a realização destas.

dade de fazer ou não fazer, de escolher, de criar, em síntese, desumanizando o ser que forma, então, a futura e às vezes presente, mão de obra para um mercado (de trabalho), e não seres humanos para o mundo dos homens.

> A ação docente, portanto, é induzida à reprodução mecânica das atividades de uma rotina preestabelecida. O professor torna-se um mero reprodutor de uma prática a qual não planeja, visto que ele recebe pronto o pacote de aulas mensais a serem aplicadas sem modificação, sob pena de comprometer o aprendizado dos estudantes quanto aos conteúdos estabelecidos. Vemos mais uma vez indícios da perda da autonomia docente e da alienação do professor, posto que este não participa da elaboração do plano de sua aula, e não o reconhece como produto de seu trabalho. (Silva e Brito, 2022, p. 11)

De acordo com Marx (2013) o trabalho no sistema do capital manifesta-se sob uma dupla face: enquanto é constituidor da vida social dos homens, também aliena, estranha o homem do seu próprio ser social. Neste contexto de crise a alienação, enquanto fenômeno histórico social (Lukács, 2013), não apenas afeta os trabalhadores e trabalhadoras da educação, mas é intensificado tendo em vista a importância estratégica da Educação no tocante de sobrevivência do sistema do capital.

Asseveram Brito e Silva (2019, p. 30-31) que a escola "[...] nesse quadro em que se aprofundam as condições que produzem alienação, percebe-se o esvaziamento do interesse e da preocupação com a finalidade última da formação que é a humanização do homem, para a emancipação".

Há então, um caminho possível para emancipação, formação humana, de homens com homens para edificarem o mundo dos homens e neste se constituírem enquanto tais, que o criem, materializem e transforme a realidade objetiva deste mesmo mundo, em detrimento da mercadoria, formação de mão de obra, seres alienados formados por seres desumanizados para reposição no mercado de trabalho, dóceis, adaptáveis, para a reprodução da realidade objetiva constituída?

A PHC é uma teoria que apresenta relevantes aspectos e abre inúmeras possibilidades para o fazer docente em uma perspectiva pedagógica humanizadora e emancipadora. Nas palavras das autoras Gualberto e Pacífico (2021, p. 6), esta "[...] fundamenta-se no modo humano de produção social da existência, isto é, na interpretação da realidade, na prática articulada à teoria, na concepção de mundo, de vida, na materialidade, na concreticidade". Importa destacar que o acabouço filosófico fundamental desta teoria é o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels.

Para Marx (2013) o indivíduo se desenvolve através das relações sociais, de homem com homens, e pelas condições materiais histórica e socialmente criadas, envolvidas neste processo no qual o ser humano reproduz à sua existência. Para Saviani (2011, p. 6) "a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica", onde a educação "[...] é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens". E continua:

> [...] a tarefa central dos educadores que se colocam no campo do marxismo implica em um duplo e concomitante movimento: trata-se de empreender a crítica à educação burguesa evidenciando seus mecanismos e desmistificando sua justificação ideológica; ao mesmo tempo, cabe realizar o segundo movimento que implica reorganizar a prática educativa de modo a viabilizar, por parte das camadas dominadas à frente o proletariado, o acesso ao saber elaborado. Esse acesso significa a apropriação dos conteúdos sistematizados dos quais os trabalhadores necessitam para potencializar sua luta em defesa de seus interesses contra a dominação burguesa (Saviani, 2009, p. 114-115).

Os principais "[...] momentos articulados num mesmo movimento, único e orgânico" (Saviani, 2008, p. 59-60) da organização proposta pela PHC são: a) Prática social, ponto de partida para a prática educativa; b) Problematização, apresentando as razões pelas quais este e não outro conteúdo estão no planejamento da prática educativa; c) Instrumentalização, no qual os educandos "[...] devem apropriar-se dos instrumentos culturais produzidos pela humanidade; instrumentos esses que garantem aos indivíduos participarem da sociedade de forma qualitativamente superior" (MARSIGLIA, 2011, p. 33); d) Cartase, é "[...] quando o aluno apreende o fenômeno de forma mais complexa" (Gualberto e Pacífico 2021, p. 11); e) Ponto de chegada da prática educativa (prática social modificada), é "quando o aluno problematiza a prática social e evolui da síncrese para a síntese, está no caminho da compreensão do fenômeno em sua totalidade" (Marsiglia 2011, p. 34).

Por fim, a PHC valoriza a transmissão de conhecimentos historicamente acumulados pelo homem e tem na escola o principal espaço de apropriação e sistematização destes. Assim, "a educação deve possibilitar que, através de um processo reflexivo e crítico, cada indivíduo reconstrua conscientemente seu pensamento (...) adquira autonomia intelectual para analisar criticamente os processos e os conteúdos socializadores recebidos e articulá-los" (Thomé, Braga e Lameira, 2021, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Crise Estrutural do Capital e sua resposta elegida pelo sistema, tem adentrado a escola por meio de políticas públicas que limitam a autonomia do fazer docente e a precarização das relações de trabalho dos trabalhadores(as) da educação, intensificando o fenômeno da alienação destes(as), que formam mão de obra para o mercado, em detrimento de homens para o mundo dos homens.

Nesse cenário, a Pedagogia Histórico-Crítica se apresenta como contra-hegemônica e um caminho possível para uma formação emancipadora, resgatando: a) a centralidade do conhecimento historicamente acumulado; b) e a prática social transformadora. Tem no trabalhador(a) docente um sujeito histórico e mediador(a) deste conhecimento, além de reafirmar a escola como espaço de formação humana, emancipadora, de homens com homens para o mundo dos homens, recolocando a educação no horizonte da emancipação humana e da transformação social.

REFERÊNCIAS

BRITO, Lúcia Helena de; SILVA, Alan Robson da. A crise do capital e o projeto neoliberal na base das Diretrizes para a Educação a partir de 1990. *In:* NOVAES, Marcos A. B.; MEDEIROS, Jarles L.; FREIRE, Leiliane R.; SILVA, D. G. O. (Orgs). **Educação, Estado e Políticas Públicas**. João Pessoa: Ideia, 2019.

GUALBERTO, Madma Laine Colares; PACÍFICO, Juracy Machado. Contribuições da pedagogia histórico-critíca à formação e organização do trabalho docente na educação infantil. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020203, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1753. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1753>. Acesso em: 16 out. 2025.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução: Nélio Schneider, Editora Boi tempo, 2013.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial na rede estadual de ensino paulista: Análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/555ff8cc-fcf9-47e7-969e-fd811fd9558f/content>. Acesso em: 02 out. 2025.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política: Livro I O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle, Editora Boitempo, 2013

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Modo de produção e a Pedagogia Histórico-Crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 110–116, 2014. DOI: 10.9771/gmed.v1i1.9844. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9844>. Acesso em: 16 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, edição comemorativa, 2008.

SILVA, Sirneto Vicente; BRITO, Lúcia Helena de. A formação de professores alfabetizadores na escola pública: uma análise crítica. **Educação Unisinos**, v. 26 (2022). Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23823>; Acesso em: 22 set. de 2025.

THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa; BRAGA, Gisele de Brito; LAMEIRA, Iolanda Domingos Estêvão David; A formação do professor e seu reflexo na práxis educativa. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020191, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1714. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1714>. Acesso em: 16 out. 2025.